

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD
DO MUNICÍPIO de Itapaci-GO

Processo: 9681/2024

Órgão: MUNICIPIO DE ITAPACI -GO

Setor requisitante: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes

1- Objeto:

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de ressolagem de pneus para atender a frota de veículos e máquinas pesadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Obras Públicas, conforme descrição, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 - Justificativa Da Necessidade Da Contratação

1.1 Tendo em vista a necessidade de manutenção da frota existente, pertencente a esta municipalidade.

1.2 Tendo em vista que a frota Municipal é necessária para o bom funcionamento dos trabalhos essenciais e que é de interesse público que os mesmos continuem sendo executados de maneira eficiente e ininterrupta, faz-se necessária contratação de empresa para prestação de serviços de ressolagem de pneus, para frota municipal para manutenção periódica e conservação dos veículos que atenderão a Prefeitura Municipal de Itapaci.

1.3 Tendo em vista atender à demanda das Secretaria Municipal de Obras Públicas que os veículos se deslocam rotineiramente para áreas rurais e devido as nossas estradas não serem pavimentadas á bastante desgaste, colocando em risco os funcionários que trabalham e são transportados nos mesmos. Sendo que a prestação de serviços de ressolagem de pneus é necessária visto que a opção de reforma de um pneu possibilita a economia de cerca de 50% a 60% do valor dos pneus novos. Além disso, a prática contribui também com a sustentabilidade: cada pneu recuperado equivale a 57 litros de petróleo e economiza 80% de energia elétrica.

1.4 A contratação objetiva o reaproveitamento dos pneus utilizados nos caminhões e máquinas da frota desta Autarquia, os quais desempenham suas atividades que consideramos essenciais à população deste município, para que os trabalhos continuem sendo executados com segurança e de maneira eficiente, se faz necessário a contratação dos serviços de recapagens de pneus.

1.5 Tendo em vista que não houve licitação para esse serviço em 2024.

1.6 A quantidade foi baseada na necessidade de manter a frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Obras Públicas em perfeito estado de conservação e em condições de uso para o próximo ano.

3 – Descrição E Quantitativo:

Item	Unidade	Descrição	Quant
1	UN	Ressolagem de Pneu 1000x20	10
2	UN	Ressolagem de Pneu 275R80R22.5	14
3	UN	Ressolagem de Pneu 14.00/24	06

Ressolagem é o processo de produzir um novo pneu utilizando borracha reciclada e a mesma calota do pneu anterior.

4- Prazo de Execução do serviço:

4.2 A entrega dos pneus já recauchutados será de até 10 (dez) dias contados do recebimento da ordem de serviços.

5 – Local de Execução do serviço:

5.1 A Contratada deverá retirar os pneus na secretaria de obras transportes, Rua Presidente Nilo Peçanha, s/n, Jardim Presidente, devendo ser entregues no mesmo local após a execução dos serviços, de Segunda a Sexta feira das 7:00 às 17:00h. O serviço deverá ser feito na sede da empresa contratada.

Itapaci, 29 de novembro de 2024.

CLÁUDIO FERREIRA DE SOUSA
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Obras

Processo Administrativo n.º 9681/2024
TERMO DE REFERÊNCIA DE DISPENSA ELETRONICA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de ressolagem de pneus para atender a frota de veículos e máquinas pesadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Obras Públicas, conforme descrição, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES

Item	Und	Descrição	Qtd	Veículo / Ano / Modelo
1	UN	Ressolagem de pneu 1000 x 20	10	RCG-1G75 / Caminhão Volks / 2021 NKU-5656 / Caminhão Ford / 2009
2	UN	Ressolagem de pneu 275r80r22.5	14	RCD-2D55 / Caminhão Volks / 2021 NKE-2H66 / Caminhão Volks / 2007 ONU-6J56 / Caminhão Volks / 2013
3	UN	Ressolagem de pneu 14.00/24	06	PMI-0007 / Patrol Cater Piller / 2013 PMI-0030 / Patrol Case / 2018

Ressolagem é o processo de produzir um novo pneu utilizando borracha reciclada e a mesma calota do pneu anterior.

2 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

2.1 Deverá atender prontamente às requisições e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA, a partir da solicitação através de ordem de serviços.

2.2 Os pneus deverão ser retirados na secretaria de obras transportes, Rua Presidente Nilo Peçanha, s/n, Jardim Presidente, devendo ser entregues no mesmo local após a execução dos serviços, de Segunda a Sexta feira das 7:00 às 17:00h. O serviço deverá ser feito na sede da empresa contratada e entregues de acordo com a necessidade da secretaria nos prazos abaixo estabelecidos, contados a partir da emissão da ordem serviços pela Prefeitura Municipal de Itapaci-GO;

2.3 O prazo para a retirada dos pneus será de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço. A entrega dos pneus já recauchutados será de até 10 (dez) dias contados do recebimento da ordem de serviços, pela Contratada.

2.3.1 Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

2.3.2 A Contratada deverá retirar os pneus na secretaria de obras transportes, Rua Presidente Nilo Peçanha, s/n, Jardim Presidente, devendo ser entregues no mesmo local após a execução dos serviços, de Segunda a Sexta feira das 7:00 às 17:00h.

2.3.3 Será por conta da Contratada os equipamentos necessários para execução dos serviços.

2.3.4 Será por conta de a contratada arcar com as despesas relativas à execução dos serviços, tais como transporte, retirada e entrega, e combustíveis.

2.3.5 A quantidade de serviços estimados é prevista para o ano 2024.

2.3.6 A contratante deverá atender prontamente às notificações, reclamações, exigências ou observações feitas pela Contratante, refazendo ou corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, os serviços que, eventualmente, tenham sido executados em desacordo com o combinado.

2.3.7 Serão por conta da Contratada os equipamentos necessários para execução dos serviços.

2.3.8 A contratada deverá realizar todos os serviços e a quantidade e estimada.

2.3.9 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas.

2.3.10 O objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a contratada, bem como a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato.

2.3.11 Especificações dos pneus:

2.3.11.1 1400R24 XHA: Estes pneus são comuns em motoniveladoras. O serviço de recapagem envolverá a remoção da banda de rodagem desgastada e danificada, seguida pela aplicação de uma nova camada de borracha de alta resistência, garantindo aderência e durabilidade.

2.3.11.2 17.5R25: Este tamanho é frequentemente utilizado em pá carregadeiras. A empresa contratada realizará o processo de recapagem que consiste na remoção da banda de rodagem antiga, aplicação de uma nova camada de borracha reforçada e vulcanização para assegurar a integridade estrutural.

2.3.11.3 10/16.5 L2: Pneus deste tamanho são comumente encontrados em minicarregadeiras. O serviço de recapagem compreenderá a remoção da banda de rodagem desgastada, a aplicação de nova borracha de alta qualidade e o processo de vulcanização para garantir a resistência necessária

3. O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP

3.1 O ETP previsto na Lei 14.133/21, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, antecessor ao Termo de Referência e deve ser confeccionado pela área demandante em conjunto com a área técnica e, quando for o caso, por conta da complexidade do problema a ser analisado, poderá ser solicitado apoio técnico de outros setores que detenham competências específicas exigidas para a confecção do ETP.

3.2 O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem às compras públicas, no caso, às da Fundação.

3.3 Contudo, a mesma Lei, em seu art. 72, faculta a elaboração do documento para os processos de compra/contratação direta – inexigibilidade e de dispensa de licitação:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, *se for o caso*, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

3.4 Tal entendimento foi chancelado pelo Decreto Municipal nº 2293, de 20 de março de 2023, que traz a seguinte previsão em seu artigo 2º:

§ 3º - A elaboração do estudo técnico preliminar e análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores

se enquadrem nos limites do incisos I e II do art. 75 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, independente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - . quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos;

V - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda.

3.5 Portanto, embora a elaboração do ETP seja, regra geral, obrigatória, seguindo a diretriz do Decreto Municipal acima, quando das hipóteses dos incisos I, II, VII, VIII todos do art. 75, §§ 2º a 7º do art. 90 da nova Lei, o ETP fica dispensado.

3.6 Assim, em sendo os casos relacionados acima, fica o ETP e a análise de risco dispensado.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1 Tendo em vista a necessidade de manutenção da frota existente, pertencente a esta municipalidade.

4.2 Tendo em vista que a frota Municipal é necessária para o bom funcionamento dos trabalhos essenciais e que é de interesse público que os mesmos continuem sendo executados de maneira eficiente e ininterrupta, faz-se necessária contratação de empresa para prestação de serviços de ressolagem de pneus, para frota municipal para manutenção periódica e conservação dos veículos que atenderão a Prefeitura Municipal de Itapaci.

4.3 Tendo em vista atender à demanda das Secretaria Municipal de Obras Públicas que os veículos se deslocam rotineiramente para áreas rurais e devido as nossas estradas não serem pavimentadas á bastante desgaste, colocando em risco os funcionários que trabalham e são transportados nos mesmos. Sendo que a prestação de serviços de ressolagem de pneus é necessária visto que a opção de reforma de um pneu possibilita a economia de cerca de 50% a 60% do valor dos pneus novos. Além disso, a prática contribui também com a sustentabilidade: cada pneu recuperado equivale a 57 litros de petróleo e economiza 80% de energia elétrica.

4.4 A contratação objetiva o reaproveitamento dos pneus utilizados nos caminhões e máquinas da frota desta Autarquia, os quais desempenham suas atividades que consideramos essenciais à população deste município, para que os trabalhos continuem sendo executados com segurança e de maneira eficiente, se faz necessário a contratação dos serviços de recapagens de pneus.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

5.1 Os serviços a serem prestados, dadas as suas características e finalidade, enquadra-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no que regulamenta o inciso XIII do art. 6ª Lei nº 14.133/2021, trata-se de serviço comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de dispensa, em sua forma eletrônica.

5.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação.

6 CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal

(ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço prestado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2 Os serviços serão rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5 No caso de controvérsia sobre a execução dos serviços prestados, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do serviço, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do serviço ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.2 São obrigações da Contratante:

7.2.1 receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

7.2.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.2.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas OU irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja substituído, reparado OU corrigido;

7.2.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.2.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao serviço prestado, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

7.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço e, ainda:

8.2.1 efetuar o serviço prestado em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

8.2.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);

8.2.3 substituir, reparar OU corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias OU defeitos;

8.2.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do serviço prestado, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.2.5 manter, durante a entrega dos serviços prestados, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço.

9 DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto desta dispensa.

10 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.2 Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for

necessário à regularização de falhas OU defeitos observados.

10.2.1 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.2.2 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a fornecimento da execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.2.3 Será designado representante para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas/defeitos observados sendo o **srº José Henrique Costa**.

11 DO PAGAMENTO

11.2 O pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Obras Públicas, atestar a execução do serviço.

11.4 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais de verificação das mencionadas regularidades.

11.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração poderá

realizar consulta ao SICAF e ou TCM-GO, para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.10 Havendo a efetiva execução dos serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela não execução do serviço, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e ou TCM - GO.

10.11.1. Será interrompido o serviço em execução com a contratada inadimplente no SICAF e ou TCM - GO, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11.2 A nota fiscal a ser apresentada deve ser no formato eletrônica e deve conter todas as retenções previstas na legislação federal, estadual e municipal, a saber IRPJ, INSS, ISSQN e outros. Cabe ressaltar a aplicação do decreto municipal nº 2366 que recepciona a interpretação conforme a Constituição Federal do art. 64 da lei federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, do art. 15 da lei federal nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e também da instrução normativa da receita federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, para fins de IRRF nas contratações de bens e na prestação de serviços realizadas pelo Município de Itapaci - GO e das outras providências.

11.11.3 Para aferição da Base de Cálculo do ISSQN será de acordo com o Código Tributário Municipal de Itapaci, Lei Complementar 1.519/2020, no momento da prestação de serviço e da emissão da nota fiscal.

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.2 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.2.1 Deixar executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.2.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.2.3 falhar ou fraudar na execução do serviço;

12.2.4 comportar-se de modo inidôneo;

12.2.5 cometer fraude fiscal;

12.3 Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA sanções previstas na lei de licitações em conjunto leis em vigência e que se aplicarem ao motivo da sanção, podendo ser aplicado entre outros:

12.3.1 Advertência;

12.3.2 multa moratória;

12.3.3 multa compensatória;

12.3.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão;

12.3.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

12.4 Também ficam sujeitas às penalidades as empresas ou profissionais que:

12.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13 CRITÉRIO DE HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação DO TERMO DE REFERÊNCIA e serão solicitados do Prestador de Serviço mais bem classificado da fase de lances.

13.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovante de Inscrição do CNPJ- comprovando empresa especializada no item descrito neste termo de referencia
- b) Contrato social/ última alteração; e ou requerimento de empresário individual, e OU certificado de condição de microempreendedor individual
- c) Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- d) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- f) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, incluindo os Débitos Previdenciários;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Documentos pessoais dos sócios;
- i) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- j) Apresentar certidão de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:105725197426374:::P3_TIPO:CPF
- k) A Apresentação da certidão de Inidôneos deve ser nome da empresa e também de seu majoritário ou proprietário único, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual

seja sócio majoritário.

l) Apresentar certidão de Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça no seguinte link e para todas as esferas sendo para pessoa jurídica da empresa e para o proprietário e ou socio majoritário da empresa . (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

m) Apresentar Certidão negativa correcional - Agentes Públicos PARA OS SOCIOS (ePAD e CGU-PAD) emitida no link <https://certidoes.cgu.gov.br/>

n) Apresentar Certidão negativa correcional para os sócios e para a empresa (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) emitida no link <https://certidoes.cgu.gov.br/>

13.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.5 Constatada a existência de sanção, será reputado o fornecedor inabilitado, por falta de condição de participação.

13.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

14.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

14.2 A presente prestação de serviço fundamenta-se em critérios legislativos, na qual a licitação pública é obrigatória para contratos acima de determinado patamar econômico, que justifique os gastos a serem efetuados com o respectivo procedimento.

14.3 Quando há algum dos motivos que ensejem a dispensa de licitação o agente administrativo está autorizado a contratar diretamente por dispensa de licitação, obedecendo aos requisitos que a própria lei impõe.

14.4 No caso em questão, os serviços dos itens supracitados encontram-se com o seu valor estimado dentro do planejamento anual de contratações e está dentro dos limites exigidos na Lei nº 14.133/2021, art. 75.

14.5 Por fim, como se vê, trata-se de autorização legal para que, desde que observados os requisitos fixados no dispositivo legal, o gestor por conveniência, possa deixar de instaurar a licitação e contratar diretamente compras e serviços gerais.

15 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 46.414,10 (quarenta e seis mil, quatrocentos e quatorze reais, e dez centavos), bem como o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) e do(s) item(s), quando for o caso, consta(m) no Anexo deste Termo de referência.

15.2 No valor estimado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

15.3 No valor estimado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do serviço, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

16 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

16.1 Poderão participar deste certame os fornecedores:

- a) cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta dispensa;
- b) que atendam todas as condições deste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

16.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006.

16.3 Não poderão participar desta contratação os fornecedores:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
- c) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 14.133/21;

e) que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

f) entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio

17 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DOS RECURSOS FINANCEIROS

17.1 As eventuais e futuras despesas decorrentes do presente processo tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA do Exercício sendo que as eventuais despesas contratadas no exercício 2024 serão pagas através de recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Unidade: Município de Itapaci

Manutenção: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Obras Públicas.

Elemento de despesa: 339039- Outros serviços de terceiros- Pessoa Jurídica

Sub elemento de despesa:19 – Manutenção e conservação de Veículos

Fonte de recurso financeiro: 1.00.000

18 DA PREVISÃO DO PLANO ANUAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

18.1 A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão do Plano de Contratações Anual de 2024 publicado através do decreto municipal nº.2428/2023, estando alinhado com o Planejamento da Administração Pública Municipal.

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DE AQUISIÇÃO

19.1 A contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não se observando óbices ao seu prosseguimento.

20. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

20.1A contratação será efetuada através de nota de empenho.

20.2 Tendo em vista o caráter econômico da prestação de serviços, ou seja, contratos com valores inferiores aos limites admitidos para a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021); e ainda a simplicidade das obrigações da presente aquisição e a ausência de risco, o que ocorre nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos ou serviços realizados e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive

quanto à assistência técnica, optasse pela substituição do instrumento de contato por nota de empenho, nos termos do art. 95, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

ITAPACI, 02 de dezembro de 2024.

Elaborado por Aline Aparecida Vilela de Faria mat.nº 2496

Assinatura:

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Termo de Referência.

CLÁUDIO FERREIRA DE SOUSA

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Obras